



demografia

1

No começo do século 20, a população brasileira somava 17 milhões de habitantes. Em 2003, supera os 170 milhões. E em 2015, segundo projeções do IBGE, deverá quebrar a barreira dos 200 milhões de habitantes¹. No rastro dessa expansão populacional, registram-se diversas transformações demográficas, duas das quais são de particular importância para entender os problemas sociais apontados no *Radar*: a mudança na distribuição da população do espaço rural para o urbano e a alteração da distribuição da população por faixa etária.

Em relação à primeira transformação, em 1940 apenas 31,2% da população brasileira morava em zonas consideradas urbanas. Já em 2000 o grau de urbanização era de 81,2%, ou seja, somente 18,8% dos habitantes do país estavam no campo.

Quanto à segunda, as pessoas menores de 15 anos, que em 1960 ainda representavam 43% da população, atualmente só constituem 28%; por outro lado, os maiores de 60 anos, que em 1960 representavam 5,3% da população, atualmente já aumentaram para 8,8% e ainda aumentarão muito mais no futuro. Essas mudanças estão intimamente relacionadas com a tendência de crescimento populacional cada vez menor. Entre 1950 e 1960, o crescimento foi de 3% ao ano, em média, caindo para 1,5% na última década do século 20, devido à queda da fecundidade. Entre 1960 e o ano 2000, o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher tinha ao longo da sua vida reprodutiva diminuiu de 6,2 para 2,3.

Enquanto a queda na fecundidade explica a mudança da estrutura etária, simultaneamente também houve uma redução da mortalidade em geral e da infantil em particular, que determinou um aumento da expectativa de vida.

Em 1960 os brasileiros viviam, em média, pouco mais de 50 anos. Já neste início de século, a expectativa de vida está pouco abaixo dos 70 anos². Contudo, a barreira dos 80 anos, já rompida por países como o Japão, só deve ser ultrapassada pelo Brasil em 2050, segundo projeções do

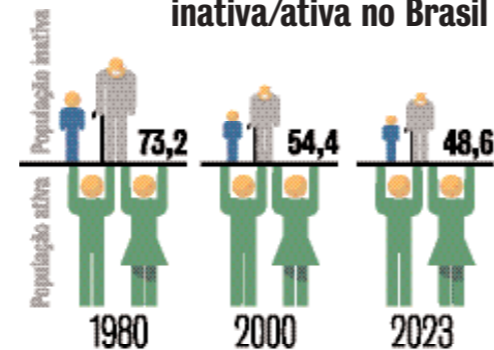
A população vem crescendo em ritmo cada vez menor, em razão da queda da fecundidade. O número médio de filhos por mulher diminuiu de 6,2 para 2,3 entre 1960 e 2000

IBGE. O país inclusive está em desvantagem comparativa com a maioria dos países da América Latina, incluindo México, Chile, Cuba, Argentina e Colômbia, que têm expectativas de vida entre 2,5 e 8 anos mais altas.

No que diz respeito à estrutura etária, merece atenção a mudança no potencial produtivo da população. Esse potencial é o resultado da razão entre dois grupos populacionais: o predominantemente não-ativo (crianças, de 0 a 14 anos de idade, somadas a idosos, pessoas com 65 anos ou mais) e o potencialmente ativo (adultos de 15 a 64 anos de idade). Se o número de inativos é pequeno em relação ao de ativos, a chamada razão de dependência diminui; se o número é grande, ela aumenta³. Essa variação tem impactos para a sociedade, pois trata-se de um número maior ou menor de adultos produzindo bens e serviços que sustentam mais ou menos crianças e idosos (além dos próprios adultos).

Em 1980 a razão de dependência era de 73,2 pessoas em idade predominantemente inativa por 100 pessoas potencialmente na atividade. No ano 2000, diminuiu para 54,4, o que indicaria uma oportunidade produtiva para o país, na medida em que mais adultos produziram bens e serviços. No entanto, para ser aproveitada, essa oportunidade

Gráfico 1 • Evolução da relação entre população inativa/ativa no Brasil



Fonte: Censo Demográfico/IBGE

Gráfico 2 • Representação da população brasileira por faixa etária, sexo e zona de residência

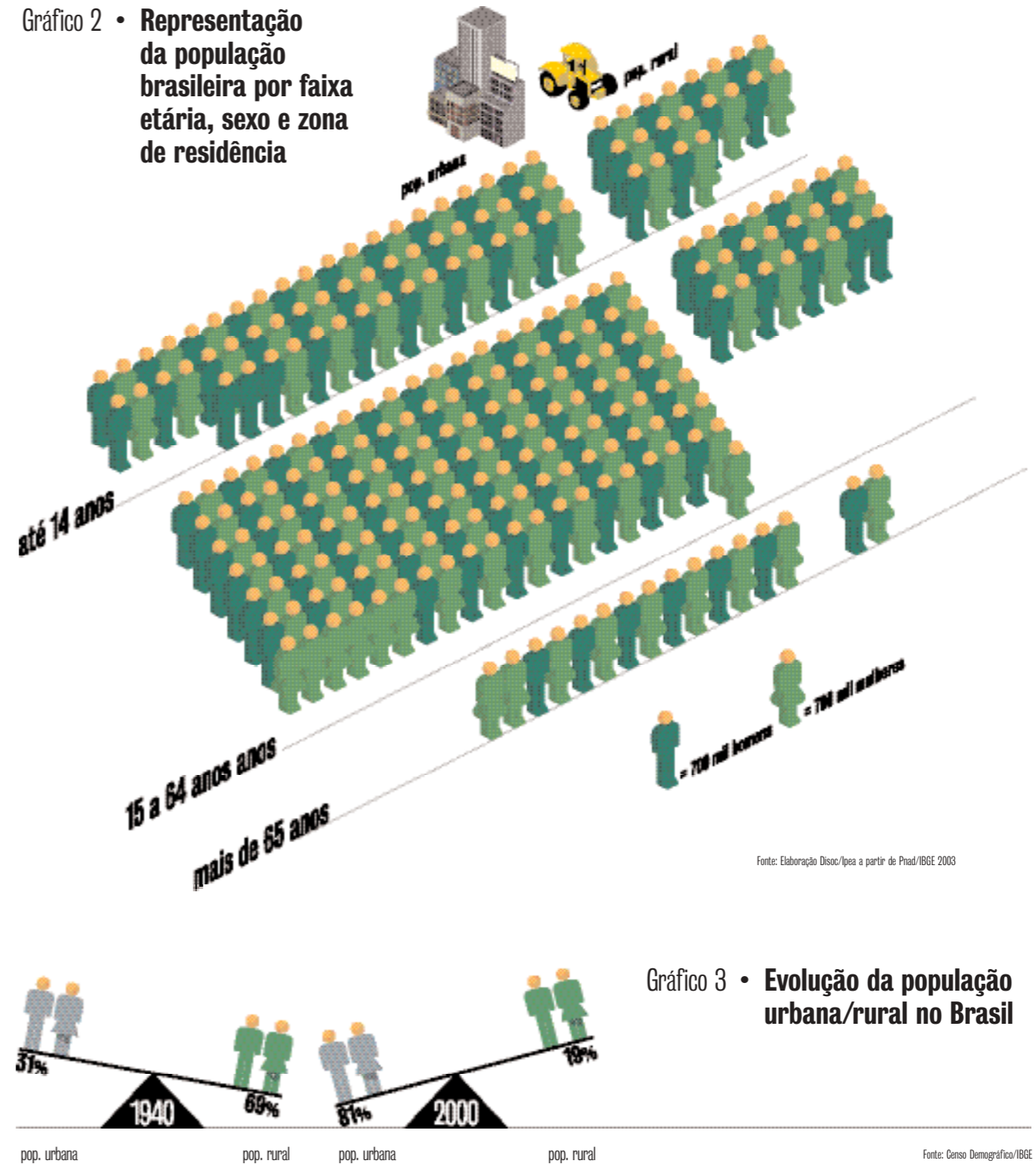


Gráfico 3 • Evolução da população urbana/rural no Brasil

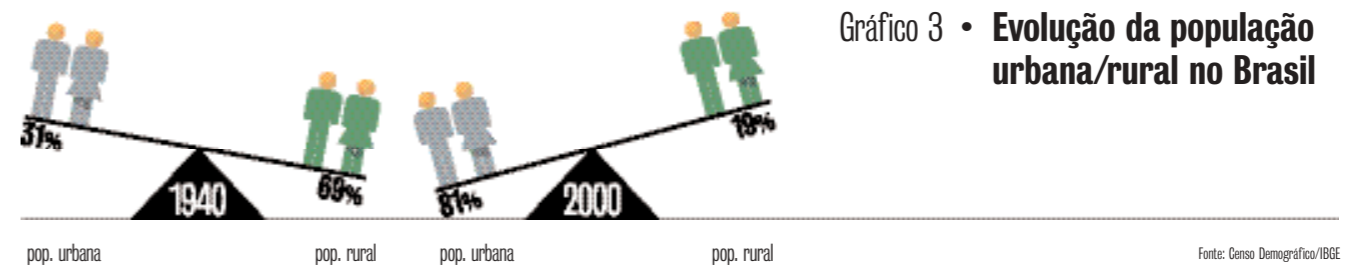
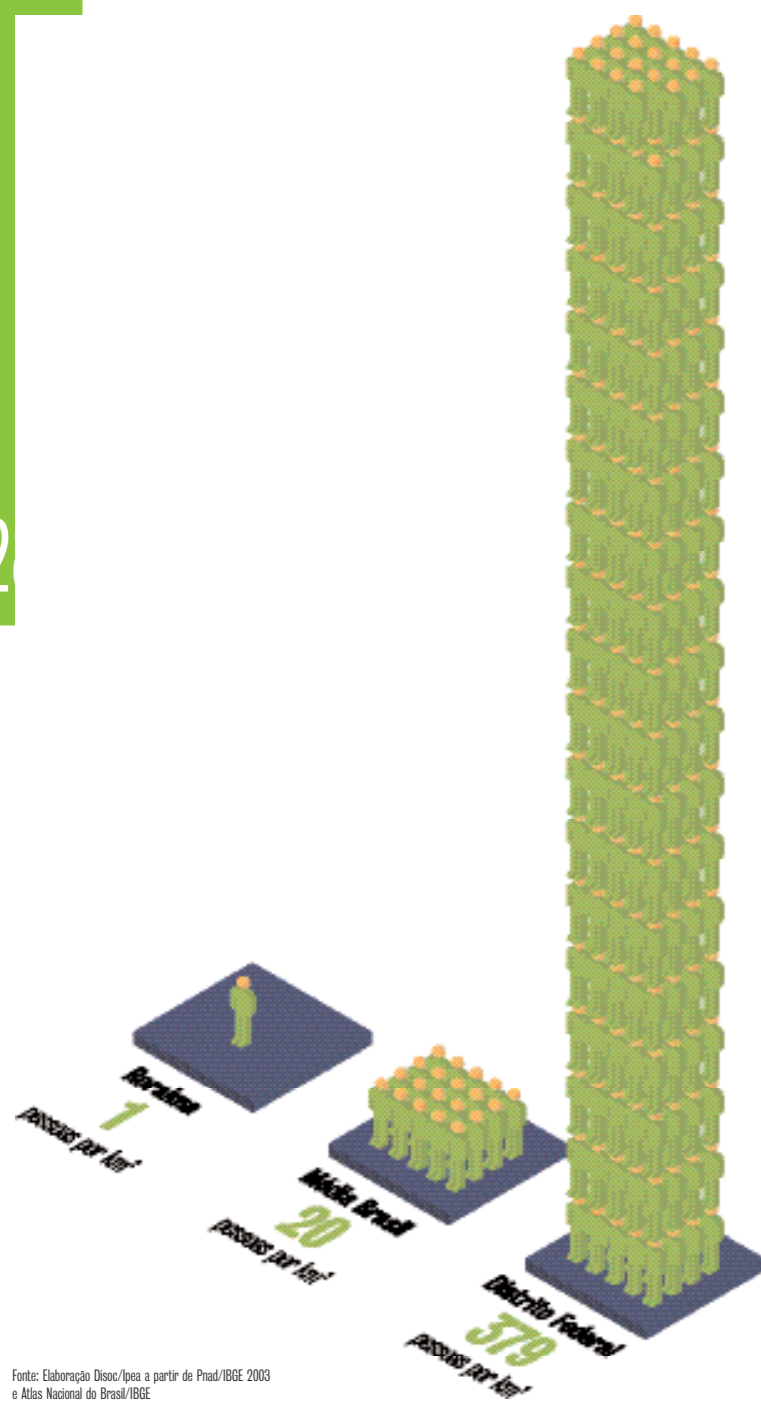


Gráfico 4 • **Maior e menor densidade populacional, nas UFs**



Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE 2003 e Atlas Nacional do Brasil/IBGE

dependeria do crescimento sustentado da economia e da incorporação desses adultos à produção. Seja como for, a queda da razão de dependência irá se manter, segundo projeções do IBGE, até o ano de 2023, quando chegará a 48,6. Depois disso, voltará a crescer paulatinamente. Sua composição, no entanto, mudará bastante: o número de crianças diminuirá de modo significativo, ao passo que a população idosa aumentará de maneira expressiva.

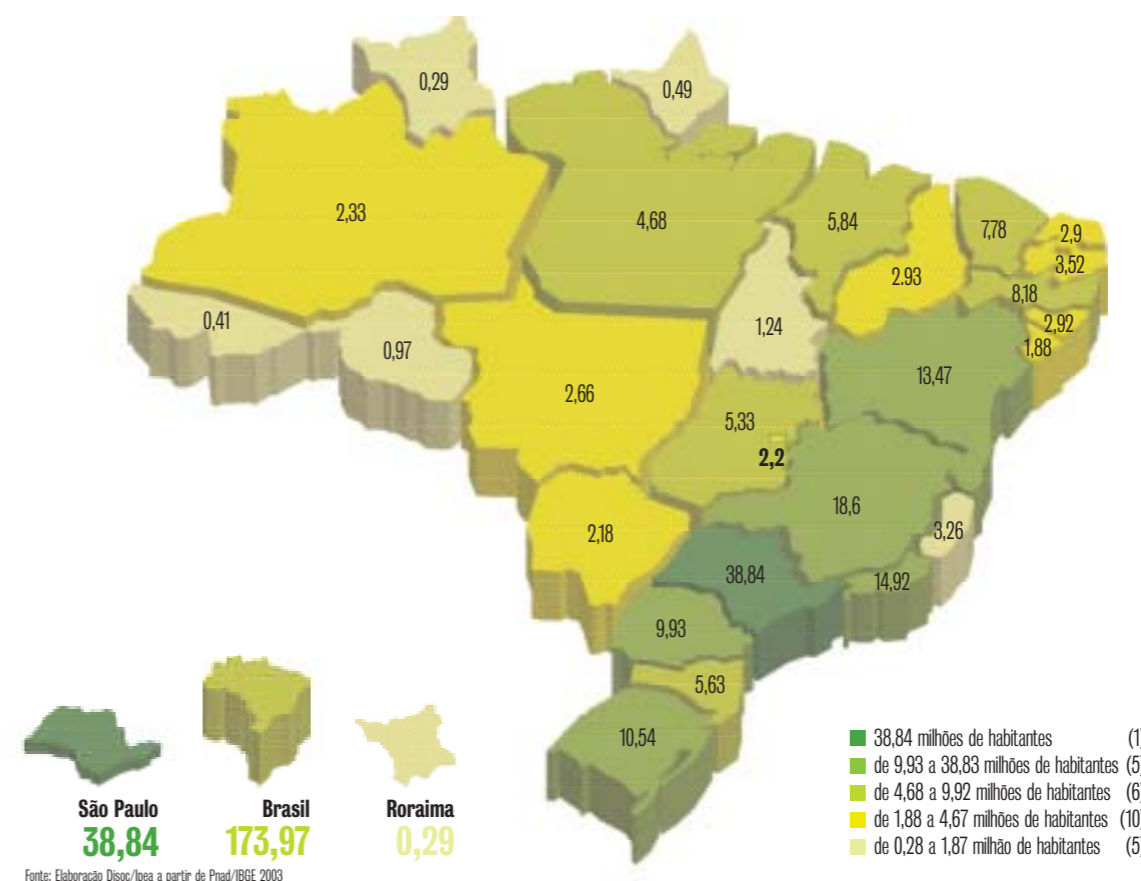
As conseqüências das transformações demográficas

Esse cenário demográfico, marcado pela tendência de envelhecimento da população, tem implicações econômicas e sociais relevantes. Nas políticas públicas, por exemplo, a redução do número absoluto e relativo de crianças e jovens diminui a pressão sobre a expansão da oferta de ensino fundamental e de atenção materno-infantil. De um lado, isso libera recursos para melhorar a qualidade desses serviços ou para investir em qualquer outra política pública. Mas, de outro, a mudança na estrutura etária, ocasionada sobretudo pela queda da fecundidade, tem impacto sobre as despesas do governo e das famílias, especialmente com a elevação dos gastos com saúde e previdência social voltados para os idosos.

Em países como o Brasil, onde a participação do Estado na atenção à saúde é ainda insuficiente, os gastos aí tendem a comprometer parcelas crescentes do orçamento das famílias. E esses gastos não se distribuem uniformemente na população. Em valores relativos, são maiores entre os mais pobres. Além disso, entre os idosos, a despesa *per capita* chega a ser seis vezes maior que entre os mais jovens – não só porque, de um modo geral, os mais velhos utilizam mais serviços médicos, mas também porque o custo desses serviços é crescente, dada a incorporação de novas tecnologias médicas que contribuem para aumentar a duração e a qualidade de vida.

E, por último, o novo padrão demográfico re-

Mapa 1 • **População, por UF – 2003** (em milhões de habitantes)



Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE 2003

percuta na previdência social, em virtude do maior número de pessoas que se aposentam e do tempo de duração do pagamento desses benefícios. O aumento dos anos de vida afeta o financiamento previdenciário, visto que os mais jovens pagam pelo benefício dos mais velhos. Também nesse caso o gasto não é uniforme. A despesa com a população feminina tende a subir mais que com a masculina em razão da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, de sua maior sobrevivência em relação aos homens e das regras diferenciadas de benefício entre os gêneros.

Os impactos nas áreas de educação, saúde e previdência são apenas alguns exemplos das im-

plicações das mudanças demográficas que vêm ocorrendo no Brasil atual. Diversos outros serão vistos nos capítulos que se seguem, deixando claro a interdependência entre a demografia e as várias dimensões sociais aqui analisadas.

NOTAS

1. Censo Demográfico/IBGE, 1900 e 2000 e Pnad/IBGE, 2003. De acordo com estimativa da Pnad 2003, a população é de 173.966.052, número que não inclui a população rural da região Norte.
2. Acerca disso, conferir Ripsa. Indicadores e Dados Básicos para a Saúde – IDB 2001. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.
3. Em termos matemáticos: razão de dependência = (nº crianças e/ou nº idosos)/(nº de adultos).

As mudanças demográficas que vêm ocorrendo no Brasil atual têm implicações relevantes tanto em termos sociais quanto econômicos